

BRASÍLIA E O PATRIMÔNIO MUNDIAL -2017:

80 anos do Iphan, 30 de Brasília como “Patrimônio Cultural da Humanidade”

Márcio Vianna

Resumo:

Brasília foi o primeiro bem cultural do século XX a ser inscrito pela UNESCO na Lista do Patrimônio Mundial. Garantindo a condição de primazia, pode-se confirmar que até então, 1987, nenhum ‘ícone’ do século XX havia sido ainda inscrito na famosa Lista, nem mesmo a Bauhaus ou qualquer obra antiga de Le Corbusier por exemplo, ainda que fossem referências e ancestrais da própria Brasília. O Brasil, na certeza do “valor universal excepcional” de sua nova capital, adiantou-se, e há trinta anos fez com confiança a aposta então polêmica, do mesmo modo como sempre confiara no fabuloso patrimônio modernista brasileiro — como comprovam os tombamentos do Palácio Capanema, da Pampulha, e de tantos outros, logo nos primeiros anos, como patrimônios históricos e artísticos nacionais. E hoje fica a questão: pode-se dizer que os patrimônios modernistas, à revelia de sua ‘pouca’ idade, já garantiram sua condição de ‘históricos’? Como vai a preservação de Brasília e de outros bens recentes, já porventura eleitos pelo Iphan ou pela UNESCO? A ‘lista’ continua receptiva à inscrição de novos bens culturais do gênero? Quais as tendências e probabilidades? Recentemente, o Iphan tombou o “SESC Pompéia”, da autoria de Lina Bo Bardi em São Paulo, e recentemente também, a Unesco inseriu nossa Pampulha em sua honrosa lista. Ainda são casos excepcionais? Ou já é uma rotina? Esse patrimônio que sentimos tão ‘atual’, já se tornou ‘passado’? Ou melhor dizendo: já foram reconhecidos como “de valor permanente”? O texto que segue apresenta um breve histórico e algumas considerações.

Palavras-chave: Patrimônio Mundial, Patrimônio Modernista, Brasília

Em 2017, Brasília completará trinta anos de inscrição na lista do “Patrimônio Mundial” pela UNESCO (1987) e, ao mesmo tempo, o Iphan estará completando oitenta anos de sua fundação (1937). A coincidência das duas comemorações rememora a condição de vanguarda e pioneirismo de ambos, o Iphan e Brasília, em seus respectivos momentos de eclosão, e respectivos contextos.

O Iphan, que nasce na década de 30, ‘materializa’ em pedra, em taipa, em adobe, um nacionalismo ‘urgente’ para o Governo de Getúlio Vargas, por meio da seleção e tombamento dos primeiros símbolos nacionais, como as primeiras cidades oficialmente reconhecidas como ‘históricas’, e os mais representativos monumentos cívicos, religiosos, militares, civis. Mas o Governo Vargas não é necessariamente ‘saudosista’, preserva os monumentos não só pela memória, mas pela forte dose de identidade e soberania que estes evocam, necessárias para um almejado futuro promissor, dado que o plano de nacionalização se faz acompanhar de um plano complementar de modernização, pujança, autonomia. O ‘orgulho’ nacional se faz não só pelo cívico, pelo histórico, mas também pelo ‘novo’ que representa novas potencialidades nacionais: em outras palavras podemos chamar ‘Civismo’ de ORDEM e ‘Potencialidades’ de PROGRESSO, não é mesmo? A preservação do patrimônio se faz oportuna para a soberania, a auto-estima. Em tempos de Macunaíma...

Na linhagem de Brasília, entre os primeiros símbolos tombados pelo Iphan já se encontram alguns exemplares arquitetônicos modernistas, que por assim dizer já nascem com valor histórico reconhecido. Como por exemplo o ícone da Pampulha

em Belo Horizonte, há poucos dias ascendendo também à lista do Patrimônio Mundial (Julho 2016) — que já tinha sido tombado pelo Iphan em 1947

Mais tarde, no auge desse processo e com toda a carga emocional da epopéia de sua construção, Brasília simbolizará um momento cívico que embora de teor bastante diverso daquele de Getúlio Vargas, no Governo JK verá novamente coincidir a interrelação entre nacionalismo e modernização, de modo tal que JK enquanto candidato a Presidente (1954) considerará a cidade como a “meta síntese” do seu Plano de Metas. Brasília não só nasce com valor histórico (para o Brasil e para o mundo) considerada a evolução do Urbanismo e da Arquitetura Modernos, assim como de certa forma e de modo sutil Brasília contribui para ‘mudar’ a História, representando a chegada ‘definitiva’ da Modernidade em escala mundial¹.

Anos depois em novo impacto, Brasília foi a primeira obra do século XX a ser inserida no rol do “Patrimônio Cultural da Humanidade”, em 1987, antes mesmo de serem inscritos seus ‘ancestrais’ diretos como por exemplo a Bauhaus ou qualquer obra de Le Corbusier.

Por quê Brasília, primeiro? Primeiro a neta depois pais e avós? Simplesmente porque o Brasil propôs primeiro... antes que a Alemanha propusesse a Bauhaus, ou a França propusesse seus ícones corbusianos! Mas por quê desta forma?

Ora, não caberia aqui exatamente uma dissertação (de Arquitetura & Urbanismo? De Psicologia?) sobre a relação do “Velho Mundo” com o conservadorismo, e do “Novo Mundo” com a novidade, mas o fato é que Brasília no Brasil não consiste num fato isolado, mas já encontra um Modernismo em curso e bastante viçoso, fecundo tanto quantitativa quanto qualitativamente, e encontra uma linha do tempo percorrida com sucesso desde as primeiras obras, exemplares por excelência, do gênero. Já nascem por assim dizer ‘históricos’, já nascem conscientes do lugar que vêm ocupar na História, uma nova História escrita a partir de si. E como tal — e aí consideremos novamente o pioneirismo do Iphan — esses ícones do Modernismo já nascem também e oficialmente de reconhecido valor histórico e artístico nacional, ou em outras palavras, são ‘tombados’ pelo Iphan enquanto tal, desde muito cedo. Vejamos:

a) A Igreja de São Francisco da Pampulha, em Belo Horizonte, em 1947; o Palácio Capanema, antigo “Ministério da Educação e Saúde” no Rio de Janeiro, tombado em 1948; a Estação de Hidroaviões no Rio de Janeiro em 1956; o Aterro do Flamengo em 1964; e muitos outros, se não precocemente mas de qualquer forma já tombados quando Brasília vem entre eles se alinhar no final dos anos 80.

b) A própria Brasília desde cedo confirma a tendência do tombamento oportuno ou mesmo precoce: em 1959, é tombado o “Catetinho” — Residencial Presidencial provisória, ou o “Palácio de Tábuas” que viria a ser demolido quando da conclusão das obras do novo “Palácio da Alvorada”; porém, o então-Presidente Juscelino Kubitschek em pessoa solicita o tombamento do Catetinho, considerando ser marco histórico que não poderia ser demolido.

c) Logo depois, em 1967 e em outra atitude que também causou certa polêmica, a Catedral de Brasília é tombada pelo Iphan quando ainda não passava de um esqueleto incompleto; a inauguração da Catedral enfim ‘pronta’ seria somente quatro anos mais tarde, em 1971.

d) Finalmente, quando ainda apresentava muitos trechos não construídos, ou seja, quando o projeto urbanístico ainda não estava de todo realizado, a própria Brasília é tombada pelo Iphan em 1990.

¹ É indiscutível o impacto mundial da construção de Brasília. Há uma coletânea numerosa de artigos e reportagens publicados pela Presidência da República de então, sob o título de “Brasília na Imprensa Mundial”, 1959.



Fotos do Palácio Capanema, Igreja da Pampulha, e Brasília – fotos do autor

“Brasil siempre há tenido sus Vanguardias de brazos unidos com la preservación de su Patrimonio Cultural... y la osadía de brazos unidos com la afirmación de la Historia y de la Cultura. Eso, mientras en otros países los protagonistas de la “modernidade” y del “patrimônio” eran normalmente rivales que jamás se sentaban a la misma mesa. Em Brasil, unos y otros eran los mismos: los “conservadores” del Patrimonio y los “Precursores” de la Modernidad.” (QUEIROZ e VIANNA, 2004)².

Verdadeiramente, a preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil, desde seus fundamentos na década de 30, representa muito bem o aspecto positivo da relação entre Passado e Futuro, o que equivale dizer, a relação direta entre frutos e raízes... entre um desenvolvimento almejado mas também alicerçado numa representatividade histórica que tenha produzido sua própria identidade e diversidades; sobretudo em se tratando de um caso superlativo como o da Cultura Brasileira, plena de diversidades e ao mesmo tempo de forte identidade!

Se assim transcorreu para o Brasil nos primórdios ou mesmo vésperas do Iphan, não se pode dizer que seja uma situação comum às nações, dado que, de modo geral, é mais ‘normal’ que haja rivalidade, antagonismo, entre “progressistas” de um lado e “saudosistas” de outro, contrapondo patrimônio e desenvolvimento. Ocorreu assim também, em situações localizadas, no Brasil das últimas décadas, mas o fato é que pelo

² QUEIROZ, Claudio e VIANNA, Márcio. **“El caso de Brasília: Conservación y restauración del patrimonio inmueble em America Latina”**. In PH50, Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. Año XII, Sevilla, Octubre 2004. Pag 102-106.

menos ao momento da institucionalização da preservação do patrimônio, não havia exatamente uma contraposição entre “patrimonialistas” e “modernistas”, em lados opostos, até porque uns e outros eram... OS MESMOS³:

Um primeiro nome a ser citado, nome especial em se tratando de Brasília & Patrimônio, pode ser o de Lucio Costa, que trabalhou no Iphan até sua aposentadoria, nome perfeito para combinar patrimônio e modernidade. Mais três nomes devem ser citados, três ‘Andrade’ que não eram parentes: Mário de Andrade, nome que dispensa apresentações, líder em ambas as realidades, patrimônio e modernidade; Rodrigo Melo Franco de Andrade, fundador do Iphan, seu primeiro Diretor, tendo ali permanecido por trinta anos; e Carlos Drummond de Andrade, que também dispensa apresentações, e que foi ‘Chefe de Gabinete’ de Gustavo Capanema, o nome que intitula o próprio Palácio... Capanema.

Outros nomes importantes poderiam ser citados nesse contexto e naquele momento histórico, “momento heroico” como dito nos bastidores do IPHAN. Citemos apenas mais um, que embora não tenha muito e diretamente com o tema Brasília & Patrimônio Mundial, é sintomático nessa relação entre patrimônio e modernidade: Villa-Lobos, que também dispensa apresentações, e a importância de suas monumentais aulas coletivas de “canto orfeônico”, chegando a encher o Maracanã com jovens e crianças cantando temas do cancionário popular brasileiro, como experiência do que falávamos há pouco sobre a relação entre frutos e raízes, tradição e futuro; vejamos em suas próprias palavras, quase panfletárias:

“O povo é, no fundo, a origem de todas as coisas belas e nobres, inclusive da boa música! [...] Tenho uma grande fé nas crianças. Acho que delas tudo se pode esperar. Por isso é tão essencial educá-las. É preciso dar-lhes uma educação primária de senso ético, como iniciação para uma futura vida artística. [...] A minha receita é o canto orfeônico. Mas o meu canto orfeônico deveria, na realidade, chamar-se educação social pela música. Um povo que sabe cantar está a um passo da felicidade; é preciso ensinar o mundo inteiro a cantar”. (VILLA-LOBOS, 1987, p.13⁴).

E continua, trazendo diretamente para o tema do patrimônio:

“O canto coletivo, com seu poder de socialização, predispõe e indivíduo a perder no momento necessário a noção egoísta da individualidade excessiva, integrando-o na comunidade, valorizando no seu espírito a ideia da necessidade de renúncia e da disciplina ante os imperativos da coletividade social, favorecendo, em suma, essa noção de solidariedade humana, que requer da criatura uma participação anônima na construção das grandes nacionalidades. [...] O canto orfeônico é uma das mais altas cristalizações e o verdadeiro apanágio da música, porque, com seu enorme poder de coesão, criando um poderoso organismo coletivo, ele integra o indivíduo no patrimônio social da Pátria. (VILLA-LOBOS, 1987, p. 87-88)

As duas citações acima se integram perfeitamente ao impacto da epopeia da construção de Brasília e a todo contexto do reconhecimento e proteção dos grandes símbolos nacionais, Brasília inclusive, desde a criação do Iphan; e ao mesmo tempo, confirmam a amplitude do conceito de patrimônio cultural de modo a atingir todo o ser-criar-fazer-

³ Como dito na citação anterior, que é do mesmo autor em 2004, juntamente com Claudio Queiroz (ver acima nota 2)

⁴ AMATO, Rita de Cássia Fucci. **“VILLA-LOBOS, NACIONALISMO E CANTO ORFEÔNICO: PROJETOS MÚSICAIS E EDUCATIVOS NO GOVERNO VARGAS”** Revista HISTEDBR On-line, nr 27, set 2007, pag 210-220.

viver do povo brasileiro hoje consagrado no Artigo 216 da Constituição Federal ⁵. Da música à arquitetura, da culinária à arqueologia, dos costumes à paisagem. O próprio Mário de Andrade era um pesquisador com essa visão ampla, e um entusiasta das diversas vertentes (como o já citado interesse pelo cancioneiro popular); seu livro “O Turista Aprendiz” recentemente lançado pelo Iphan atesta essa visão ampla e antropológica de total extensão territorial sobre este país de dimensões continentais⁶.

Toda essa amplitude do próprio conceito de patrimônio cultural, conforme o citado Artigo 216, reflete-se também nas categorias do “Patrimônio Mundial” pela UNESCO. Com efeito, o reconhecimento internacional por parte dessa instituição vem ampliando, ao longo do tempo, a classificação dos bens culturais e naturais em categorias específicas e, hoje, como sabemos, existe não só “a Lista do Patrimônio Mundial”, mas também outras listas, outras categorias específicas. E o Brasil tem um papel interessante nesse contexto, sempre de pioneirismo e vanguarda:

Por exemplo, quando a UNESCO lança a categoria de “Paisagem Cultural”, justamente mesclando e reconhecendo a inter-relatividade entre patrimônio natural e cultural, o Brasil se adianta e traz essa realidade para o meio urbano, propondo que a “Paisagem Cultural Urbana” também é uma categoria factível e não só vinhedos ou campos de arroz ou similares; cidades imersas na paisagem ou com entornos paisagísticos protagonistas do cenário urbano, são paisagens culturais também. E o Brasil apresenta a paisagem cultural do Rio de Janeiro à consideração da UNESCO, e em 2012 este torna-se o primeiro bem reconhecido na nova categoria mundial.

Noutro exemplo, há que se citar a própria relação da UNESCO com o patrimônio imaterial, e a forma como o Brasil se destaca também nesse tema. Se normalmente as diretrizes internacionais sobre os temas e categorias diversos do patrimônio são na maioria das vezes lançadas como recomendações da própria UNESCO, nas conhecidas “Cartas Patrimoniais”⁷, e se a carta patrimonial desta temática específica é lançada pela instituição em 2003, em sua sede em Paris, deve ser observado que a Carta correspondente no Brasil é de 1987, em discussões em Fortaleza, e nossa legislação específica é do ano 2000 (Decreto 3551 de 2000) antecedendo a correspondente internacional que veio em 2003. Nesse contexto, o Brasil já tem reconhecidos internacionalmente vários de nossos bens culturais imateriais, como o samba, o frevo, a capoeira, etc, a partir da primazia da arte corporal e linguagem gráfica dos índios Wajãpi, do Amapá, primeiro a ser inscrito na categoria.

Mas como já vimos, o pioneirismo do Brasil no tema do patrimônio já vem de longa data, desde que nossa legislação, de 1937 — o já citado Decreto-Lei 25 daquele ano — é uma das primeiras aplicações mundiais das recomendações daquela que foi a primeira “carta patrimonial”, assinada em Atenas em 1931. Pela mesma época, outros países pioneiros também lançaram suas legislações de patrimônio, como em 1932, 34, 38, como Itália e França, pioneiríssimas no tema. E o Brasil integra o primeiro grupo.

E é assim que em todo esse contexto, o Brasil é pioneiro também no reconhecimento mundial do patrimônio modernista, com Brasília em 1987. O Iphan acaba de lançar uma

⁵ Artigo 216 da Constituição Federal de 1988. Todas as legislações citadas estão disponíveis no portal do IPHAN > <http://portal.iphan.gov.br/>

⁶ ANDRADE, Mário de. **“OTurista Aprendiz: edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos por Telê Ancona Lopez, Tatiana Longo Figueiredo; Leandro Raniero Fernandes, colaborador.”** IPHAN, Brasília 2015. 464p.

⁷Para o texto na íntegra e em Português, das “Cartas Patrimoniais”, consultar o portal do IPHAN > <http://portal.iphan.gov.br/>

publicação consistente sobre o tema: **“GT Brasília: memória da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal.”** Org. REIS, Carlos Madson, RIBEIRO, Sandra Bernardes, PERPÉTUO, Thiago e textos de BICCA, Briane *et alii*, dentre os quais o autor participa⁸. Em linhas gerais:

Brasília é proposta à UNESCO em 1985, antes da própria Bauhaus e outras como já dito. Surpreende a instituição com sua proposta considerada “prematura” por parte do senso comum, embora não o fosse⁹, quando talvez parecia ainda não haver “critérios” para o reconhecimento do patrimônio mais recente; e Brasília surpreende novamente a UNESCO quando afirma que os critérios para o “novo” estão em boa parte no mesmo rol de critérios para o “antigo”: como por exemplo o critério mais geral da própria UNESCO, que é o do “VALOR UNIVERSAL EXCEPCIONAL”.

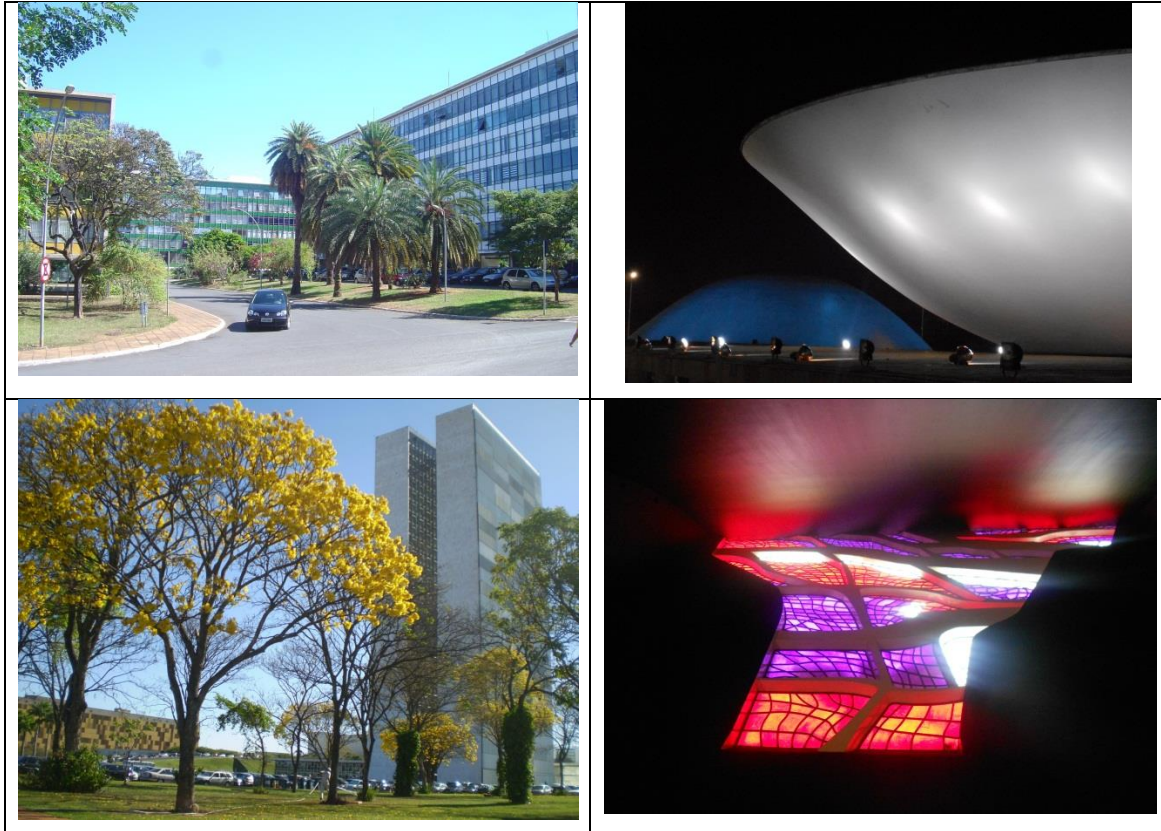
É certo e mais que isso indiscutível que Brasília tenha valor ‘excepcional’ enquanto exemplaridade singular ou mesmo única no seu tipo, não é mesmo? E é certo e indiscutível também que o alcance desta realidade é ‘universal’! Como se não bastasse a certeza do “valor universal excepcional” de Brasília, a cidade ainda cumpre outros critérios da UNESCO para que bens culturais configurem no seu seleto rol¹⁰, como por exemplo (dois itens selecionados):

- *‘Representar uma obra-prima do gênio criador humano’*: Roma tem Michelangelo, Bernini, Borromini e outros? Barcelona tem Gaudí, Dalí, Cerdá e outros? Pois Brasília tem Lucio e Oscar, e tem Burle Marx e Ceschiatti e Giorgi e Perretti e Bulcão e outros também! O tom quase lúdico deste questionamento não diminui sua veracidade: sim, Brasília é fruto da conjunção de gênios criativos como Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Burle Marx, Athos Bulcão e outros, grupo esse (com variações, como Portinari por exemplo) que já vinham trabalhando juntos há muitos anos, como nos exemplos continuamente citados, pois que referências máximas, como o Palácio Capanema e o Conjunto da Pampulha!
- *‘Constituir um exemplo eminente de um tipo de construção ou período significativo da história humana’*: inquestionável, a partir da constatação de que o período “Modernista” já se constitui período histórico transcrito e reconhecido, do qual Brasília seria um dos exemplares máximos em escala mundial.

⁸ GT Brasília: memória da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal. IPHAN / Superintendência do IPHAN no DF. Organização Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Perpétuo, textos BrianeBiccaet alii. Brasília DF, 2016. 168p.

⁹ Lembrar que o reconhecimento do patrimônio modernista desde cedo era uma ‘rotina’ do Iphan, a exemplo dos tombamentos precoces do Palácio Capanema, Pampulha e outros.

¹⁰ Os pontos que seguem compõem a “criteria” da Unesco, que podem ser checados em diversas publicações ou no portal institucional >www.unesco.org



Fotos: O “gênio humano” no Urbanismo, na Arquitetura, no Paisagismo, nas Artes de Brasília – fotos do autor

Mas de qualquer forma, é de se considerar que uma cidade moderna como Brasília enseja inevitavelmente uma preservação ‘moderna’ ou mesmo um tombamento ‘moderno’ como a própria cidade. “*Preservação dinâmica*” é a expressão usada na publicação do Grupo de Trabalho citado¹¹.

Àquela altura, já estavam tombados pelo Iphan, como já dito, o Catetinho (1959) e a Catedral (1967), e na década de 80 as grandes ocorrências como a proposição de Brasília ao “Patrimônio Mundial” (1985), seu reconhecimento oficial posterior (1987), o tombamento da cidade pelo próprio Governo local (DF, 1989) e finalmente o tombamento pelo Iphan (1990). Interessante observar nessa sequência que a UNESCO (1) reconhece Brasília antes mesmo de outros ícones do Modernismo mundial e (2) reconhece Brasília antes do tombamento nacional. Essa é outra situação ‘excepcional’ causada pelo teor ‘excepcional’ de Brasília: normalmente a Unesco não aceitaria arcar com a parceria na preservação de um bem que não tivesse por garantia uma legislação específica de proteção de seu patrimônio, mas aceita também ‘excepcionalmente’ e temporariamente, digamos que ‘em respeito’ ao Decreto-Lei 25 de 1937, e até que o Distrito Federal se organizasse em termos de estrutura local para a empreitada, e o próprio Iphan particularizasse o caso de Brasília numa legislação específica; essas duas situações foram resolvidas respectivamente em 1989 e 1992, essa última com a Portaria 314 de 1992, do Iphan, que veremos logo adiante.

Se considerarmos a preservação de Brasília como um todo amplo e complexo, veremos que a partir desta época começa a amadurecer uma ‘rotina’ de patrimônio como em outra cidade histórica ‘qualquer’:

¹¹ GT Brasília, op. Cit. Pag 58.

- O Governo do Distrito Federal organiza a própria estrutura para tal, criando primeiramente um Departamento de Patrimônio Histórico (década de 80, sempre a época do “Grupo de Trabalho para a Preservação de Brasília”), e daí pra frente, a estrutura governamental vai evoluindo até sua feição atual;
- Também o Iphan, que na época (também década de 80) ostentava “regiões” na sua estrutura, na qual o DF pertencia à territorialmente imensa *regional* do Centro Oeste, hoje já tem as 27 “Superintendências” inclusive a do DF, já citada.
- Se o número e o detalhamento dos “tombamentos” individuais refletem de certa forma o crescimento da estrutura institucional da preservação, devemos citar que uma grande safra de tombamentos individuais, dentro do território do DF e pelo GDF, acontece também a partir da década de 80. E depois também o “patrimônio imaterial” do DF, com o reconhecimento da Via Sacra de Planaltina, o Boi do Teodoro de Sobradinho, etc.
- Também os tombamentos do Iphan relativos a Brasília vão se ampliando e detalhando, como o “Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira” primeiro hospital da cidade em 1957/58, todo de madeira, hoje “Museu Vivo da Memória Candanga”. Com o centenário de Oscar Niemeyer em 2007, um extenso conjunto de suas obras foi tombado individualmente, no DF, e assim também no centenário de Burle Marx o conjunto de alguns significativos jardins.



Fotos do 1º hospital de Brasília, em madeira, hoje “Museu Vivo da Memória Candanga” – fotos do autor

Além dos tombamentos individuais, digamos ‘tradicional’ do *metier* do Iphan, restava ainda a questão urbana como um todo e o extenso conjunto da área tombada de Brasília. Segundo o GT Brasília, a “preservação dinâmica” traduzir-se ia em legislação urbanística, índices urbanísticos, numa forte visão do todo mais do que particularizada ou mesmo novos tombamentos individuais. Com efeito, segundo a Portaria 314 de 1992 valeria um “tombamento de escala”... numa alusão direta às “Quatro Escalas” da cidade: Monumental, Residencial, Gregária e Bucólica! Como assim exatamente?

Ora, “ESCALA” é uma palavra da ciência Matemática que significa PROPORÇÃO, e em Brasília isso é muito claro, legível, dada a expressividade inata da cidade. Escala diz respeito por exemplo à PROPORÇÃO entre verticalidade e horizontalidade, entre áreas verdes e áreas construídas, entre larguras de vias e alturas de edificações, e daí por diante, a generosidade do verde, amplidão de visuais típicas da nossa capital, que é “monumental” é também muito mais que isso. Na variação das proporções matemáticas da configuração urbana, está a variação de escalas e, no caso de Brasília, a definição de

suas “Quatro Escalas”. No texto citado do “GT Brasília” isto está detalhado num capítulo especialmente dedicado ao tema¹².

Como apregoava o GT Brasília, o tombamento da cidade ou de seus monumentos por si só deve ser complementado pela legislação urbanística e seus respectivos índices, números, escalas... E é assim que preservar a identidade das superquadras, por exemplo, é preservar sua altura nos tradicionais seis pavimentos sobre pilotis, preservar o afastamento entre os blocos, a proporção do verde, e assim por diante.

1. A “**Escala Monumental**” caracteriza-se pelas proporções monumentais definidas — nem tanto por grandes proporções em massa ou altura, porém — mais pela *mis-en-scène* das construções dispostas umas em relação às outras e às visuais de conjunto, contrabalanceando ponto e contraponto, temas e destaques (como por exemplo o Congresso ao fundo da perspectiva afunilada criada pelos ministérios-padrão repetidos...) ou no destaque que se dá à Catedral, que aliás nem é um monumento de tão grandes dimensões físicas. Importante nesse contexto a proporção do verde, mais como “tapete vermelho”/verde do que jardim propriamente dito. O tapete vermelho faz parte da pompa monumental. Não é mesmo? Interessante ainda como os espelhos d’água à frente dos monumentos também contribuem para este sensorial do monumental, aí incluído o “tapete vermelho” das passarelas que normalmente o atravessam...
2. A “**Escala Residencial**” da superquadra é por sua vez mais intimista, as proporções são mais baixas e mais próximas, mais acolhedoras, o verde é mais denso, mais como jardim ou quintal em releitura contemporânea dos moldes tradicionais, e as faces perpendiculares dos blocos aparecem como caixas, redomas, de proteção ao estar do pedestre, contexto em que o *pilotis* livre tem seu papel fundamental. O ambiente é também ‘bucólico’, como veremos adiante.
3. A “**Escala Gregária**”, se é a escala do encontro, é a escala da densidade, é onde estão as maiores densidades, traduzidas tanto em maiores alturas quanto em menores afastamentos. Como se vê, é sempre uma questão de escala, de proporções. E é a escala do “engarrafamento”, sim, sobretudo numa sociedade que não favorece o transporte de massa, não favorece o transporte popular pelo simples motivo que não favorece o ‘popular’...! Por outro lado, se são maiores as alturas e menores os afastamentos, acontecerão aqui caminhos de pedestre ‘sombreados’ pela verticalidade dos edifícios, portanto caminhos protegidos da insolação direta (assim como nas superquadras).
4. A “**Escala Bucólica**”, finalmente, é a escala da paisagem, e como tal, em se tratando de proporções matemáticas, é a escala onde a horizontalidade domina totalmente, à revelia de verticalidades inexistentes ou de eventuais marcos isolados. É a escala dos parques urbanos, do lago e sua orla. Em tempo: o lago em si, o espelho d’água, não faz parte da área tombada, que limita-se a Leste justamente pela linha d’água.

¹² GT Brasília op. Cit. Pags 65-111.



ESCALA MONUMENTAL



ESCALA RESIDENCIAL



ESCALA GREGÁRIA



ESCALA BUCÓLICA

Fotos representativas das “Quatro Escalas”: Monumental, Residencial, Gregária e Bucólica, onde se pode visualmente constatar as proporções de horizontalidade, verticalidade, generosidade do verde, etc – fotos do autor

Nesse ponto deve-se recordar que as Quatro Escalas não estão diretamente associadas às famosas “Quatro Funções Básicas” do urbanismo moderno preconizadas por outra famosa “Carta de Atenas”, a de 1933¹³:

“Morar”, “Trabalhar”, “Recrear-se” e “Circular”, seriam as quatro funções básicas, traduzidas cada qual numa única palavra. Pode haver alguma relação parcial e a priori entre o “Morar” e a “Escala Residencial”... ou entre o “Recrear-se” e a “Escala Bucólica”. Mas são relações apenas parciais e superficiais, e a associação direta é equivocada, e deve ser evitada num trabalho com pretensão científica ou acadêmica, ou mesmo jornalística.

Recentemente, a Superintendência do Iphan no DF lançou a Portaria nr 166/2016, que “complementa” a Portaria anterior 314/1992, adentrando particularidades dentro dos territórios das Quatro Escalas e detalhando um zoneamento geral com respectivas diretrizes de preservação. É o documento mais recente no tema sobre o qual aqui nos debruçamos.

¹³ Atenção: esta “Carta de Atenas de 1933” não é a mesma “Carta de Atenas de 1931”, já citada. A de 1931 dizia respeito mais diretamente à preservação dos monumentos e sítios históricos, enquanto que essa de 1933, no bojo do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna/CIAM tece diretrizes para o modernismo urbanístico e arquitetônico; enquanto uma é um ‘clássico’ do Patrimônio, outra também é um ‘clássico’, do Modernismo... As duas costumam ser frequentemente confundidas, atenção!

.....
.....
À guisa de conclusão: Qual é a configuração atual deste tema como um todo? Em Brasília? No Brasil? No mundo?

Pode-se dizer que a questão está definitivamente consolidada, garantida. Em primeiro lugar, porque se estamos no século XXI, o século XX já passou, já tornou-se inquestionavelmente ‘histórico’ e consigo levou tudo que foi seu, Arquitetura e Urbanismo modernistas inclusive. Tudo já se fez “histórico”, e muitas de suas coisas já tiveram reconhecido seu valor patrimonial, o que seria um ponto a mais.

Já não se discute se Brasília ou Pampulha ou Bauhaus ou Chandigarh são históricas; isto está superado, isto já se tornou óbvio, e é até repetidamente consagrado pelas antologias!

Duas outras questões ora se impõem:

- 1) *Se o ‘reconhecimento’ do valor histórico se traduz em uma rotina eficaz de preservação enquanto patrimônio reconhecido (para os bens que já foram objeto de tombamento, por exemplo); e*
- 2) *se isto é uma tendência que já foi aceita pela História e hoje, precisamente 16 anos no século XXI adentro e após a experiência positiva de Brasília e outros congêneres, se isto abriu ou abrirá possibilidades para novos patrimônios de pouca idade...!*

Até que ponto uma obra nova já ‘nasce’ impondo-se como exemplar ou original ou mesmo ‘novo’ marco de um ‘novo’ estilo ou coisa que o valha? Por exemplo: recentemente, faleceu a arquiteta ZahaHadid, de inquestionável talento e produção por todo mundo, sendo iraquiana de nascimento; há ‘já’ algo seu oficialmente reconhecido e ‘protegido’ como patrimônio cultural em algum país?

As instituições de preservação do patrimônio, em cada país ou cidade, podem ou devem estar se encarregando disso, mundo a fora, como o Iphan, por exemplo, que desde sempre soube valorizar o ‘novo’ que já mostrava certeza de ‘histórico’. E continua nessa linha e com essa tendência. Recentemente, por exemplo, tombou o “SESC Pompéia” da autoria de Lina Bo Bardi em São Paulo.

A UNESCO, 30 anos depois de ter reconhecido Brasília, vai cada vez mais reconhecendo esse potencial e esse filão, do tesouro moderno e contemporâneo. Já são muitos e em diversos países, os bens modernistas hoje já consagrados na lista da Unesco, como a Bauhaus já citada, e alguns ícones de Le Corbusier também citados (observando que ocorrem não só na França e na Suíça, mas também em outros países, inclusive a Argentina), e mais a “Cidade Branca” de Tel-Aviv em Israel, a Opera de Sidney na Austrália, o campus da UNAM/Universidade Autônoma do México e a casa de Luis Barragán ambas na Cidade do México, e também o campus da Cidade Universitária de Caracas, na Venezuela, entre outros bens culturais recentes listados, cada vez em maior número hoje em dia, sempre na trilha aberta por Brasília.

Em 2010 e em comemoração aos seus 50 anos, Brasília hospedou a reunião anual do “Comitê do Patrimônio Mundial” (em 2016 foi em Istambul/Turquia, e em 2017 será em Cracóvia/Polônia). Na reunião de Brasília, por ironia do destino (ou propositalmente, é claro) um grupo significativo de obras de Le Corbusier foi pela primeira vez listado pela UNESCO como “Patrimônio Mundial”. E o fato se repetiu agora em 2016, com novo grupo de obras corbusianas sendo reconhecidas em Istambul.

Agora, isto já é um processo rotineiro e permanente. Brasília mudou a história, abriu um filão.

Há muito o que ser discutido neste tema, que continua ‘novo’ em escala mundial. Brasília por exemplo, que hospedou a reunião citada, UNESCO/2010, poderia hospedar também um grande ‘Seminário’ internacional sobre preservação do patrimônio modernista. Há muito o que se discutir, e sobretudo há muito o que fazer. Assim sendo, o presente artigo pretende encerrar seu texto com duas perguntas. Da mesma forma como Aloísio Magalhães perguntava **“E Triunfo”**? Poderíamos perguntar:

- 1) **E o Palácio Capanema?** Quando enfim será reconhecido como “Patrimônio Mundial”? *Isto é: reconhecido oficialmente pela Unesco, pois já o é há décadas, por arquitetos e estudantes de Arquitetura do mundo inteiro!*
- 2) **E Chandigarh?** Há algo que possa ser feito ainda por Chandigarh? Quem a viu nas antologias do século XX, o que verá hoje *in loco* ou nos livros? O que restou desse patrimônio inquestionável? Irmã mais velha de Brasília?

Ficam as questões e as propostas nelas embutidas.





Fotos do Palácio Capanema – fotos do autor

Referências Bibliográficas

BICCA et alii, **“Brasília: Pasado – presente – futuro”**. Colección Summarios, Biblioteca Sintética de Arquitectura. Nr 97/98, Año 9, enero/febrero de 1986. Buenos Aires, 1986. 48p.

BO, João Batista Lanari. **“Proteção do patrimônio na Unesco: Ações e significados”**. Unesco, Brasília 2003. 186 p.

FERREIRA, Marcílio Mendes, GOROVITZ, Matheus. **“A invenção da Superquadra: o conceito de Unidade de Vizinhaça em Brasília”** _ Brasília DF: Iphan, Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, 2007. 528p.

IPHAN / Superintendência do IPHAN no DF. **“GT Brasília: memória da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal.”**Org. REIS, Carlos Madson Reis, RIBEIRO, Sandra Bernardes, PERPÉTUO, Thiago. Textos: BICCA, Brianee et alii. Brasília DF, 2016. 168p.

IPHAN / Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. **“Plano Piloto 50 anos: cartilha de preservação de Brasília”** _ Reimpressão _ Brasília DF, 2009. 103 p.

IPHAN: **“Patrimônio Mundial, fundamentos para seu reconhecimento – A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972: para saber o essencial”**. Brasília DF, 2008. 80p.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. **“As Missões da Unesco no Brasil: Michel Parent”** IPHAN/COPEDOC, Rio de Janeiro, 2008. 344p.

PESSOA, José (Org.) **“Lucio Costa: documentos de trabalho”**. IPHAN, Rio de Janeiro 1999. 328p.

QUEIROZ, Claudio e VIANNA, Márcio. **“El caso de Brasília: Conservación y restauración del patrimonio inmueble em America Latina”**. In PH50, Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. Año XII, Sevilla, Octubre 2004. Pag 102-106.

RIBEIRO, J.C. (Org) **“O pensamento vivo de Villa-Lobos”**. Ed. Martin Claret, São Paulo, 1987.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. **“Brasília, memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural”**. Ed Annablume, São Paulo, 2005. 206 p.

SCHWARTZMANN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R. **“Tempos de Capanema”**. Ed. Paz & Terra, Rio de Janeiro, 1984.

SQUEFF, Enio; WISNIK, José Miguel. **“O nacional e o popular na cultura brasileira”**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1982.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. **“Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil”**. 3ªEd. Brasília DF, IPHAN / Programa Monumenta, 2008. 352 p.

TONI, Flávia Camargo. **“Mário de Andrade e Villa-Lobos”**. Centro Cultural São Paulo. São Paulo, 1987.

.....

<http://portal.iphan.gov.br/>

<http://whc.unesco.org/en>

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/27/art17_27.pdf > AMATO, Rita de Cássia Fucci. **“VILLA-LOBOS, NACIONALISMO E CANTO ORFEÔNICO: PROJETOS MUSICAIS E EDUCATIVOS NO GOVERNO VARGAS”** Revista HISTEDBR On-line, nr 27, set 2007, pag 210-220.